



FEDCONT E SINDICATOS PARTICIPAM DO CONGRESSO DA CNPL



Diretores da Fedcont e dos Sindicatos de Volta Redonda, Nova Friburgo, Campos, Petrópolis

A Diretoria da Fedcont está participando do VII Congresso Nacional da Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL em Luziânia – Goiás. Além do presidente da Fedcont Luiz Sergio, participam do congresso os Diretores da Federação: Antonio Alves Moreira (diretor do Sindicato dos Contabilistas de Petrópolis), Itamar Oliveira Almeida (diretor do Sindicato dos Contabilistas de Nova Friburgo), Sandra Regina Maciel (diretora do Sindicato dos Contabilistas de Campos), Márcia Marinato (diretora do Sindicato dos Contabilistas de Volta Redonda), Egberto de Jesus Bastos (diretor da Fedcont e delegado junto a CNPL) e Elizabeth Vasconcelos Sobral (diretora do Sindicato dos Contabilistas de Volta Redonda). Durante dos três dias do evento, serão debatidos vários temas de interesse dos trabalhadores e dos profissionais liberais.



Delegação da Fedcont e Sindicatos com os Participantes do VII Congresso Nacional da CNPL

MOMENTO POLÍTICO BRASILEIRO MARCA ABERTURA DO VII CONGRESSO NACIONAL DA CNPL



Mesa de Abertura do VII Congresso Nacional da CNPL

Com a presença de dirigentes e representantes de entidades sindicais, políticos, autoridades da Justiça do Trabalho e convidados de todo o País, a CNPL abriu ontem, dia 18, em Luziânia (GO), no Centro de Treinamento da CNTI, o seu VII Congresso Nacional

“A realização deste nosso congresso não poderia ocorrer em momento mais emblemático”. Com estas palavras, o presidente da CNPL, Carlos Alberto de Azevedo, recepcionou os congressistas, sintetizando o sentimento geral face às manifestações populares que varreram o Brasil, de Norte a Sul, e têm deixado atônitos até mesmo os mais experimentados analistas da cena política nacional, que não previram que movimentos populares que tiveram como ponto de partida reivindicações aparentemente banais, caso do aumento nas tarifas de transporte público, pudessem assumir proporções tão avassaladoras.

“Anos e anos de imobilismo social, político e ideológico vinham formatando uma nação que parecia desprovida de brios, de vontades, de orgulho nacionalista”, analisa Azevedo. “Em algum momento – prossegue o dirigente - haveria de ocorrer a ruptura com àqueles que, para citar um termo muito em moda, efetivamente não nos representam e muito nos subestimam”.

Para o presidente da CNPL, sucessivos governos, de todas as colorações e matizes ideológicos no espectro político-partidário, vêm se apoderando do Estado Brasileiro, em todos os níveis, apresentando como contrapartida apenas um mesquinho e ganancioso projeto de poder em benefício próprio e de seus apaniguados.

“Era, portanto, inevitável que esta monstruosa fatura fosse apresentada e cobrada de forma veemente e dura. Era apenas uma questão de tempo, oportunidade e despertar das consciências civis adormecidas”, pondera Azevedo.

Na visão do presidente da Confederação, dignidade e cidadania plena têm sido sistematicamente negados ao conjunto da sociedade brasileira. Neste sentido, trabalho, saúde, educação e segurança, para ficarmos apenas nos itens mais básicos que concorrem para medir o índice de bem estar do cidadão, no Brasil não passam de obras de ficção, inatingível miragem.

“Agora, como podemos todos constatar, a rouca voz das ruas exige mudanças inadiáveis e o estado brasileiro, como um todo, tem de sair de sua paquidérmica letargia e promover à todo custo, sob pena de um completo esfacelamento, as reformas não somente estruturais, mas, principalmente, morais e éticas”, preconiza.

Engajamento sindical

“Não podemos deixar passar essa oportunidade oferecida por esse momento político ímpar para, enquanto dirigentes sindicais, tomarmos o destino das categorias de profissionais liberais em nossas mãos”, conclamou o presidente da CNPL aos participantes do congresso.

Para Azevedo, há muito tempo o movimento sindical vem sofrendo com a indevida ingerência dos governos no funcionamento das entidades, ao arrepio do que preconiza a Constituição Federal, que garante plena liberdade na organização e no exercício das atividades sindicais.

“Aliás, verdade seja dita, nem nos tempos escuros da ditadura se tentaram mecanismos de controle sindical como vemos agora, sob o disfarce canhestro de um governo tido como democrático”, reforça. Na opinião de Azevedo, a CNPL vai emergir deste encontro nacional como a representante incontestável de todas as categorias de profissionais brasileiros, indistintamente. “Temos um compromisso inadiável com a história que está sendo escrita neste momento pelo povo brasileiro”, concluiu Azevedo
Fonte: CNPL

RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO ONLINE VAI EXIGIR CERTIFICADO DIGITAL

Luís Osvaldo Grossmann

A partir de setembro, o uso do sistema eletrônico de homologação das rescisões de contratos de trabalho deverá utilizar certificado digital para acesso ao sistema Homolognet. Portaria do Ministério do Trabalho publicada nesta segunda-feira, 16/6, fixa a data de 16/9 para a aplicação prática dessa exigência.

A norma define que a adesão das empresas à certificação digital no Sistema HomologNet substituirá o acesso ao sistema por login e senha até então utilizado.

Da mesma forma, o acesso pelos sindicatos de trabalhadores ao módulo de assistência à homologação de rescisões de contrato de trabalho do Sistema Homolognet será feito exclusivamente por meio de certificação digital.

No caso do acesso pelos sindicatos laborais, no entanto, ainda deverá ser estabelecido um cronograma específico, a ser publicado em ato da Secretaria de Relações de Trabalho do MTE.

O Homolognet foi implantado em 2010 e é um sistema online que permite ao empregador o cadastro das informações referentes à rescisão de contrato de trabalho.

Fonte: Convergência Digital

GOVERNO ATRASA ANÁLISE DA LEI DAS DOMÉSTICAS

Regulamentação fica para o 2º semestre porque o governo não aceita a redução da contribuição para a Previdência, já aprovada em comissão

Débora Álvares, de O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A regulamentação do emprego doméstico só deve sair do Congresso Nacional no segundo semestre. O governo agiu para atrasar a proposta, por não aceitar a redução da contribuição patronal para a Previdência, já aprovada em comissão mista do Legislativo. A proposta estava na pauta do Plenário do Senado desta terça-feira, 18, mas foi enviada para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Com a manobra, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), garante mais tempo ao governo para organizar a base aliada e negociar suas preferências.

O medo do Palácio do Planalto é que as reduções de alíquotas propostas pelo relator, o senador Romero Jucá (PMDB-AL), gerem um impacto financeiro grande na Previdência Social. Com a justificativa de possibilitar aos patrões arcar com os novos gastos trazidos pela emenda constitucional que ampliou os direitos trabalhistas dos empregados domésticos, o parlamentar sugeriu uma diminuição de 12% para 8% na contribuição ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). O governo nunca viu essa medida com bons olhos.

"A questão do INSS ainda é sensível e continua aquém do que se precisa chegar. Mas é uma realidade, de novo, que vai desafiar nossa capacidade criativa de encontrar soluções para esse problema", afirmou o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM). "A conta tem que se poder pagar. E aí quando se fala isso é em relação ao governo, empregador e trabalhador. Os três têm consciência de que direitos são necessários, mas sabem que poder financeiro e de pagamento não corresponde ao custo desses direitos."

Atraso. Integrante da Comissão de Consolidação das Leis, que aprovou há duas semanas o texto do senador Romero Jucá sobre a regulamentação do emprego doméstico, o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) se disse "frustrado" com a manobra governista para modificar a proposta: "Eu mesmo fiz críticas de

constitucionalidades, mas que podem ser resolvidas em plenário. O regimento prevê que os projetos elaborados nas comissões especiais vão direto ao plenário. Voltando para a comissão, o projeto retoma o rito ordinário."

Nunes criticou o fato de o projeto não conter regras para ajustá-lo à Lei de Responsabilidade Fiscal. "Ele prevê renúncia de receita e é preciso prever compensação (aos cofres públicos) para isso." Ele destacou também que há alguns pontos do texto que deveriam ser tratados em uma lei ordinária, mas estão descritos na lei complementar.

O presidente do Senado, contudo, além de negar que tenha havido interferência do governo em sua decisão de retardar a tramitação do projeto destacou a necessidade de mais debates. "Quanto mais for discutido, melhor."

ADVOGADO USA DADOS DE MERCADO PARA ORIENTAR REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL

Patrícia Oliveira



A comissão de juristas responsáveis pela elaboração do anteprojeto do novo Código Comercial realizou reunião nesta segunda-feira (17) para apresentação de relatórios de subcomissões. Os 19 membros da comissão, instalada em maio, têm até novembro para concluir os trabalhos.

Nos relatórios foram apontados a dificuldade na legalização e registro das empresas no Brasil; a abrangência do novo código, que envolve a discussão sobre títulos empresariais; o estabelecimento do princípio geral da boa fé e ética na interpretação dos contratos; comércio eletrônico; função social da empresa; a regulação da atividade dos *shoppings*; associações, cooperativas e sociedade anônima.

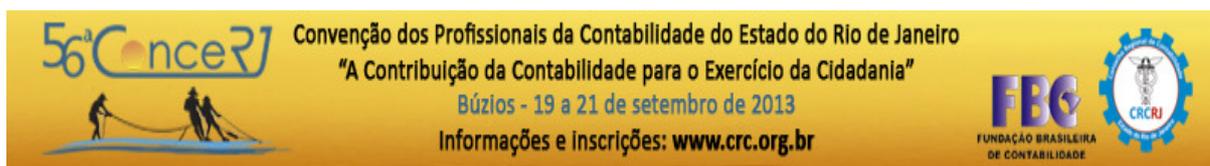
Em apresentação sobre jurimetria, investigação do direito por meio da estatística, o advogado Marcelo Guedes Nunes, sugeriu o encaminhamento de práticas recorrentes e bem-sucedidas nos mercados. Segundo ele, as empresas cresceram 16% entre 2007 e 2010 e os estudos reiteram a associação entre regulação simples e crescimento econômico acelerado.

Para Marcelo Guedes, é importante elaborar uma lei "enxuta" para lidar com os problemas reais que são detectados na economia brasileira. Além disso, deve ser um texto racional, moderno e previsível, observou.

- Porque a gente tem que saber, da maneira mais aproximada possível, os efeitos que esses regulatórios vão ter na sociedade - observou.

A reforma do Código Comercial tem sido uma demanda de especialistas do setor, já que o atual está em vigor desde 1850 ([Lei 556/1850](#)). A parte geral dessa lei foi revogada e substituída por disposições constantes do Código Civil ([Lei 10.406/2002](#)). Já a matéria tratada na terceira parte do antigo código passou a ser regida pela Lei de Falências ([Lei 11.101/2005](#)). Fonte: [Agência Senado](#)

56ª CONVENÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Hotel Atlântico Búzios Convention & Resort Búzios

Endereço: Estrada da Usina, nº 294, Praia da Armação

Armação dos Búzios – RJ Tel.: (22) 2620-8850.

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro e a Fundação Brasileira de Contabilidade, com o apoio da Federação dos Contabilistas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, realizarão nos dias 19 a 21 de setembro de 2013, na cidade de Armação de Búzios, Rio de Janeiro (“região dos lagos”). Segue abaixo a programação e outras informações: www.crc.org.br